



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSB - POLÍCIA FEDERAL
SR/PF/MA
CONTRATO N° 04/2022-SR/PF/MA

Processo nº 08310.003755/2021-15

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 04/2022, QUE FAZEM ENTRE SIA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO E A EMPRESA C&S VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELLI.

A União, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO**, com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 4.000, COHAMA, CEP nº 65074-115, na cidade de São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.494/0027-75, neste ato representada pelo Superintendente Regional **RENATO MADSEN ARRUDA**, nomeado pela Portaria nº 1.135/2020-MJ de 1º/09/2020, publicada no DOU nº 169, de 02/09/2020, portador da matrícula funcional nº 17215, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **C&S VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELLI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **14.151.000/0002-88**, sediada na Rua H, nº 24 - Bairro Jardim Atlântico - São Luís/MA, CEP 65.067-150, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **KAIO CÉSAR DO CARMO GUERREIRO LOUREIRO**, portador da Carteira de Identidade nº 6080402, expedida pela PC-PA, e CPF nº 007.390.092-30, tendo em vista o que consta no Processo nº 08310.003755/2021-15 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 02/2022 (UG 200388), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviço continuado de vigilância armada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:

Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão - UG 200388							
GRUPO 1							
Item	Descrição do objeto	Local de Execução	Quantidade de postos	Quantidade de vigilantes	Valor unitário POSTO	Valor mensal POSTO	Valor anual POSTO
1	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva, 44 Horas Semanais - segunda-feira a sexta-feira (com o horário de sábado diluído na semana)	Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão (SR/PF/MA) Av. Daniel de La Touche, 4000, Cohama CEP: 65.074-115, São Luís/MA	01	01	R\$ 5.010,24	R\$ 5.010,24	R\$ 60.122,91
2	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 7h às 19h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados		01	02	R\$ 9.159,83	R\$ 9.159,83	R\$ 109.917,91
3	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 19h às 7h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados		01	02	R\$ 10.716,48	R\$ 10.716,48	R\$ 128.597,81
5	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 7h às 19h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados	Depósito de Veículos Oficiais e Aprendizes Av. Prof. Carlos Cunha (Av. Euclides Figueiredo) s/n. Lotes 500/700, Zona 8, Jaracati CEP: 65076-820, São Luís/MA	01	02	R\$ 9.159,83	R\$ 9.159,83	R\$ 109.917,91
6	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 19h às 7h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados		02	04	R\$ 10.716,48	R\$ 21.432,97	R\$ 257.195,62
7	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva, 44 Horas Semanais - segunda-feira a sexta-feira (com o horário de sábado diluído na semana)	Delegacia de Polícia Federal em Caxias (DPF/CXA/MA) Rua do Parnaso, nº 676, Bairro Ponte CEP: 65.609-620, Caxias/MA	01	01	R\$ 4.842,66	R\$ 4.842,66	R\$ 58.111,91
8	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 7h às 19h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados		01	02	R\$ 8.897,49	R\$ 8.897,49	R\$ 106.769,93
9	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 19h às 7h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados		02	04	R\$ 10.420,82	R\$ 20.841,64	R\$ 250.099,68
11	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 7h às 19h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados	Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz (DPF/ITZ/MA) Av. Imperatriz, s/nº, Quadra 10, Lote 10-A, Parque Planalto CEP: 65.917-310, Imperatriz/MA	01	02	R\$ 9.204,90	R\$ 9.204,90	R\$ 110.458,83
12	Vigilância patrimonial, armada, ostensiva / Escala 12 x 36 / 19h às 7h - segunda-feira a domingo, inclusive feriados		02	04	R\$ 10.761,56	R\$ 21.523,12	R\$ 258.277,48
TOTAL ANUAL							R\$ 1.449.469,99

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, de 23/06/2022 a 22/06/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 120.789,17 (cento e vinte mil setecentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.449.469,99 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200388

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 06.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 339037

Plano Interno: PF99900AG22

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

- 6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das

obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de resarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbrirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Luís/MA, na data da assinatura eletrônica.

Representante legal da CONTRATADA
(Assinado eletronicamente)

Representante legal da CONTRATANTE
(Assinado eletronicamente)

TESTEMUNHAS:

1 -
2 -

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N° 04/2022 - SR/PF/MA

A empresa C&S VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELLI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.151.000/0002-88, sediada na Rua H, nº 24 - Bairro Jardim Atlântico - São Luís/MA, CEP 65.067-150, já qualificada como CONTRATADA, por intermédio de seu representante legal, o Sr. KAIOS CÉSAR DO CARMO GUERREIRO LOUREIRO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6080402, expedida pela PC-PA, e CPF nº 007.390.092-30, AUTORIZA a União, por intermédio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão por Sistema de Registro de Preços n. 02/2022-SR/PF/MA (UG 200388):

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa em epígrafe junto à instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento

direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

São Luís/MA, na data da assinatura eletrônica.

Representante legal da CONTRATADA
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **KAIO CESAR DO CARMO GUERREIRO LOUREIRO**,
Usuário Externo, em 22/06/2022, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MADSEN ARRUDA, Superintendente Regional**, em 22/06/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador
23812033 e o código CRC E7368B52.

Referência: Processo nº 08310.003755/2021-15

SEI nº 23812033